



DI RECÇÃO-GERAL DAS POLÍTICAS INTERNAS

DEPARTAMENTO TEMÁTICO B:
POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AS POLÍTICAS REGIONAL E DE COESÃO E OS DESAFIOS DEMOGRÁFICOS

SÍNTESE

Conteúdo

Este estudo apresenta uma visão global das estruturas e das tendências demográficas regionais na União Europeia, com destaque para os seus previsíveis efeitos na coesão socioeconómica e territorial e para uma análise do contributo que a política de coesão pode dar no tratamento político das alterações demográficas. Analisa, muito em particular, como e em que medida a política de coesão e os fundos estruturais europeus de 2007-2013 contribuíram para responder às alterações demográficas à escala regional, com o objetivo de obter indicações úteis sobre a forma de tornar as intervenções da política de coesão mais eficazes no próximo período de programação (2014-2020). O estudo passa em revista a literatura e os dados sobre as tendências demográficas e espaciais nas regiões da União e as principais intervenções dos poderes públicos neste domínio, juntamente com uma análise dos documentos de programação da política de coesão para o período de 2007-2013. O estudo procede ainda a uma profunda análise de dez casos práticos regionais e de boas práticas, facultando, por último, uma leitura horizontal das principais constatações que podem servir para a elaboração de conclusões e recomendações políticas para o período de programação 2014-2020.

IP/B/REGI/FWC/2010-002/LOT05-C01-SC01

2013

PE 513.981

PT

O presente documento foi solicitado pela Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

AUTORES

Direção do projeto: Manuela Samek Lodovici (IRS)
Coordenadora: Monica Patrizio (IRS)

IRS, Instituto de Investigação Social (Milão): Manuela Samek Lodovici, Claudio Calvaresi, Davide Barbieri, Sandra Naaf (Turíngia, Alemanha), Monica Patrizio, Flavia Pesce (Turíngia, Alemanha, e Basilicata, Itália), Cristina Vasilescu (Centru, Roménia), Giulia Rossi (Basilicata, Itália), Gabriele Solazzi, Maria Letizia Tanturri.

CSIL, Centro de Estudos Industriais (Milão): Silvia Vignetti, Gelsomina Catalano (Lincolnshire, Reino Unido), Julie Pellegrin, Davide Sartori (Castilla La Mancha, Espanha), Emanuela Sirtori (Província de Liège, Valónia, Bélgica, Malta).

PPMI, Instituto das Políticas Públicas e de Gestão (Vilnius): Brozaitis Haroldas, Krystyna Iglicka (Baixa Silésia, Polónia), Lisa Hörnström (Östra Mellansverige, Suécia), Repeckaitė Dovilė Žvalionytė (Lituânia)

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

Esther Kramer
Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão
Parlamento Europeu, B-1047 Bruxelas
Endereço eletrónico: poldep-cohesion@europarl.europa.eu.

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Nóra Révész

VERSÕES LINGUÍSTICAS

Original: EN.
Traduções: DE, FR.

SOBRE O EDITOR

Para contactar o Departamento Temático, ou para assinar o respetivo boletim informativo mensal, escrever, por favor, para: poldep-cohesion@europarl.europa.eu

Manuscrito concluído em setembro, 2013.
© União Europeia, 2013.

O presente documento está disponível na Internet em:
<http://www.europarl.europa.eu/studies>

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e a tradução para fins não comerciais estão autorizadas, mediante menção da fonte e aviso prévio do editor, a quem deve ser enviada uma cópia.

SÍNTESE

O estudo fornece uma panorâmica das tendências demográficas regionais na União Europeia e examina o importante contributo da política de coesão para responder às alterações demográficas, no sentido de retirar indicações para o futuro período de programação.

Principais desafios demográficos

O declínio e envelhecimento da população são os desafios mais problemáticos para o futuro; por seu lado, os fluxos migratórios internacionais passaram a constituir, a partir da década de 90, um dos principais motores do crescimento da população, exceto em alguns países da Europa Oriental cujo saldo migratório é negativo. Contudo, observam-se grandes variações nos modelos demográficos entre as regiões europeias, resultantes de diversos fatores socioeconómicos. As tendências demográficas repercutem-se igualmente na repartição geográfica da União Europeia, sendo as regiões periféricas e rurais, juntamente com as regiões urbanas pós-industriais e as regiões de montanha, as mais ameaçadas de despovoamento.

Estas tendências demográficas têm importantes implicações socioeconómicas e políticas, devido ao seu impacto tanto em termos de produtividade e crescimento como de prestação de serviços sociais e de saúde, gerando desequilíbrios entre a demografia urbana e a demografia rural com a conseqüente escassez de mão-de-obra. As alterações demográficas constituem, por conseguinte, um problema global que envolve diferentes domínios políticos e níveis de intervenção: sistemas de proteção social, políticas de emprego, ordenamento do território, infraestruturas de comunicação e infraestruturas sociais, políticas de igualdade entre homens e mulheres e políticas da família, políticas de educação e formação, bem como políticas de imigração e integração.

As alterações demográficas estão hoje no cerne das políticas europeias, nacionais e regionais. A Comissão incentivou o debate através do fornecimento de dados, indicadores e relatórios. Insistiu na necessidade de reformas, tendo, para o efeito, adaptado os regulamentos dos fundos estruturais e as orientações estratégicas comunitárias. Na estratégia de crescimento Europa 2020, em particular, os desafios demográficos são objeto da maioria das iniciativas emblemáticas. Em 2011, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que examinava as implicações das alterações demográficas para a política de coesão a nível regional. Os Estados-Membros estão atualmente a proceder a uma revisão dos seus sistemas fiscais e dos seus regimes de prestações para incentivar os trabalhadores a permanecerem mais tempo no mercado de trabalho. Simultaneamente, várias regiões desenvolvem uma reflexão estratégica acompanhada de medidas de combate aos desafios demográficos específicos que enfrentam.

Papel da política de coesão

A política de coesão pode desempenhar um papel importante no apoio à adaptação das regiões às alterações demográficas e na eliminação dos riscos de agravamento das disparidades de desenvolvimento entre as regiões resultantes das tendências demográficas. Os temas prioritários do FEDER e do FSE podem, na sua maioria, incidir sobre os riscos demográficos. A crescente importância das questões demográficas reflete-se no lugar cada vez maior que ocupam nos períodos de programação da política de coesão para 2007-2013

e 2014-2020, inclusive quando os princípios horizontais não referem explicitamente as alterações demográficas.

De acordo com as estimativas, no período 2007-2013, foram destinados a temas prioritários direta ou indiretamente ligados aos desafios demográficos 64,1 mil milhões de euros (19 % do total das dotações do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão atribuídas aos Estados-Membros).

Os dez casos práticos territoriais, representativos das diferentes condições demográficas e socioeconómicas, revelam uma sensibilização e atenção crescentes a nível local relativamente às alterações demográficas:

- As medidas da política de coesão são, frequentemente, as principais disposições tomadas para fazer face aos desafios demográficos a nível local e regional, sendo frequentemente complementares das estratégias nacionais e regionais.
- O valor acrescentado da política de coesão reside sobretudo no fornecimento de infraestruturas sociais e na revitalização das zonas urbanas e/ou rurais, graças às intervenções do FEDER, e na promoção da empregabilidade e da inclusão dos idosos, das mulheres, dos jovens e dos migrantes por via das intervenções do FSE. A cooperação territorial tem sido uma forma eficaz de apoiar a aprendizagem institucional neste domínio.
- No entanto, o potencial das intervenções da política de coesão foi desaproveitado, em alguns casos, pela falta de uma estratégia global para dar resposta aos desafios demográficos e pela reduzida sensibilização para o potencial dos fundos estruturais para fazer face às alterações demográficas. Com efeito, as medidas de coesão permitem explorar as perspetivas oferecidas pelas alterações demográficas através da valorização da população idosa, dos migrantes e das mulheres enquanto agentes económicos que influenciam a oferta e a procura de inovação tecnológica e de novos produtos e serviços.

Os primeiros debates sobre as prioridades estratégicas para o período de 2014-2020 revelam a intenção de conceder uma maior atenção às questões demográficas e às consequências da crise. Prevê-se igualmente um aumento da integração e das sinergias entre a política de coesão e de outros fundos estruturais, bem como entre estes fundos e as estratégias nacionais e regionais.

Implicações políticas

O estudo permitiu recensear as seguintes pistas de ação que são consonantes com as propostas do Parlamento Europeu na sua resolução de 2011 e que se encontram já parcialmente na versão alterada do projeto de pacote legislativo que enquadra a política de coesão para 2014-2020 e nos objetivos políticos transversais do quadro estratégico comum.

Para que os fundos estruturais contribuam mais eficazmente para as medidas de adaptação às alterações demográficas no próximo período de programação, torna-se necessário promover:

- Uma maior e mais específica focalização nas alterações demográficas como uma vertente prioritária nos regulamentos finais e a divulgação de orientações para ajudar os Estados-Membros e as regiões a explorar o potencial dos fundos estruturais para responder aos desafios das alterações demográficas na conceção e implementação dos acordos de parceria e dos programas operacionais;

- Uma maior coordenação e integração das atividades promovidas pelos diferentes fundos estruturais, bem como uma maior flexibilidade na respetiva utilização para reforçar a complementaridade e a coerência.
- Uma abordagem mais dinâmica em matéria de política demográfica e de intercâmbio de boas práticas e de experiências de aprendizagem institucional;
- Instrumentos específicos para o acompanhamento e a avaliação do impacto potencial e efetivo dos fundos estruturais para responder aos desafios das alterações demográficas, através do fornecimento de orientações e do desenvolvimento dos correspondentes indicadores demográficos a fim de permitir que os sistemas de acompanhamento e avaliação recolham e, conseqüentemente, avaliem, os pertinentes dados essenciais;
- Prestação de assistência técnica às autoridades de gestão e às partes interessadas a nível local para a aplicação de políticas eficazes de resposta aos desafios das alterações demográficas, tanto a nível nacional como a nível regional.

Dado o seu papel de legislador a par do Conselho, o Parlamento Europeu tem um papel importante neste domínio ao promover a concessão de uma maior atenção aos desafios demográficos e uma abordagem política integrada nas políticas da UE, em geral, e na política de coesão, em particular, e uma abordagem proativa neste domínio. Os próximos meses serão particularmente determinantes, pelo que seria importante que o Parlamento Europeu controlasse a aplicação da resolução de 2011 e supervisionasse mais estreitamente a eficácia das medidas da política de coesão para responder às alterações demográficas.